

1 **ATA DA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA**
2 **CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**
3

4 **Abertura.** Às nove horas e cinquenta minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e oito, no
5 Auditório do Ministério dos Transportes, localizado na Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF,
6 com a constituição da mesa pelo **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH** e
7 pelo **Sr. Pedro da Costa Carvalho, Secretário de Fomento para Ações de Transportes**,
8 representante do Ministério dos Transportes, instalou-se a XIX Reunião Ordinária do CNRH. Após
9 os cumprimentos e agradecimentos de praxe, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo**
10 **do CNRH**, concedeu a palavra ao anfitrião para sua saudação aos conselheiros do CNRH. O **Sr.**
11 **Pedro da Costa Carvalho, Secretário de Fomento para Ações de Transportes**, em nome do
12 Ministro Alfredo Nascimento, desejou boas vindas e um bom dia de trabalho a todos. Destacou a
13 participação da Secretaria de Fomento do Ministério dos Transportes no setor de recursos hídricos,
14 com grande apoio à navegação fluvial e marítima, na ordem de R\$1,4bilhão, o que possibilitou a
15 expansão da construção naval e a geração de empregos. Agradeceu pela oportunidade de participar
16 desta reunião e colocou-se à disposição de todos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário**
17 **Executivo do CNRH**, justificou a ausência da Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH, que
18 estaria cumprindo uma agenda na cidade do Rio de Janeiro, em companhia do Sr. João Paulo
19 Capobianco, Secretário Executivo do MMA. Em seguida, convidou à mesa o **Sr. Márley Caetano**
20 **de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente**
21 **Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente - MMA**, que o apoiaria na condução dos
22 trabalhos. Ressaltou ser a primeira reunião de 2008, numa semana tão importante de comemoração
23 do Dia Mundial da Água e em especial com a comemoração dos 10 anos do Conselho Nacional de
24 Recursos Hídricos, neste ano de 2008. Falou da participação da SRHU juntamente com a Agência
25 Nacional de Águas – ANA e com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
26 - FAO na Sessão Solene no Senado Federal, no dia 18/03, evento que abriu, no Brasil, as
27 comemorações relativas à Semana da Água 2008, cujo debate com os senadores foi uma
28 demonstração clara da necessidade de que tenhamos um maior intercâmbio de informações com o
29 Poder Legislativo. Informou a série de eventos comemorativos programados para essa data festiva,
30 com destaque especial para o lançamento da exposição sob o tema “Mostra Temática sobre a Água”
31 pela SRHU/MMA, em seu novo endereço e o encerramento das festividades previsto para o dia 28
32 em Manaus-AM. Sugeriu, para reflexão dos conselheiros, que no próximo ano as comemorações
33 sejam direcionadas para uma região carente de recursos hídricos, como o semi-árido nordestino.
34 Informou também a realização do seminário "Programando o Futuro das Águas no Brasil", no dia
35 26/04 (quarta-feira) junto à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, em parceria
36 com a SRHU e ANA, ocasião em que houve o lançamento dos cadernos contendo o detalhamento
37 de Programas e Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Enfatizou a participação
38 dos deputados federais e de representantes de ONG's, num debate de alta qualidade que supriu a
39 necessidade de uma relação cotidiana com o Congresso Nacional. Externou a satisfação de entregar
40 aos Conselheiros, nesta reunião, as seguintes publicações: o “Relatório Geral do Seminário
41 Recursos Hídricos no Ambiente Urbano – Integração de Sistemas”; os dois volumes contendo o
42 detalhamento dos programas 1 a 7 e seus 30 subprogramas, do Plano Nacional de Recursos
43 Hídricos; o informativo “Águas Brasil” sobre a programação do Dia Mundial da Água, que propõe
44 uma reflexão sobre o saneamento; e o folder de divulgação da 2ª edição do “Prêmio ANA”, que este
45 ano tem como tema a “Conservação e Uso Racional da Água”, com inscrições abertas até o dia 31
46 de maio próximo. Destacou a atuação do Departamento de Ambiente Urbano da SRHU, que tem
47 produzido resultados importantes como a elaboração dos planos de gestão dos resíduos sólidos das
48 bacias dos rios São Francisco e Parnaíba e o encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta
49 da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Comentou os itens da pauta desta reunião e declarou
50 aberta a sessão. A seguir, solicitou ao **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao**
51 **CNRH**, a confirmação do quorum e a leitura dos informes e procedimentos regimentais. Após a
52 leitura, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, alertou para a

53 importância de serem respeitados os tempos determinados, sendo cinco minutos para apresentação
54 da matéria, três minutos para a discussão e de vinte minutos para a apresentação do Conselho
55 Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. Prosseguindo, solicitou ao **Sr. Márley Caetano de**
56 **Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, a leitura dos novos Conselheiros indicados. Foram
57 anunciados os seguintes nomes: o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão indicou a Sra.
58 Margarete Campos Rebouças, como Conselheira Suplente; o Ministério das Relações Exteriores
59 indicou a Sra. Maitê de Souza Schmitz como Conselheira Suplente; o Ministério da Integração
60 Nacional indicou o Sr. Stanley Rodrigues Bastos e a Sra. Robeísia Hebênea Miranda de Holanda
61 como Conselheiros Suplentes e o Ministério do Meio Ambiente indicou o Sr. Roberto Messias
62 Franco como Conselheiro Titular e a Sra. Adriana Maxiniano como Conselheira Suplente. O
63 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, indicou o Sr. Carlos Otaviano
64 Brenner de Moraes como Conselheiro Titular; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Santa
65 Catarina indicou o Sr. Flávio René Brea Victoria como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual
66 do Mato Grosso indicou o Sr. Luis Henrique Magalhães Noqueli como Conselheiro Titular; o
67 Conselho Estadual do Paraná indicou o Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues como Conselheiro
68 Suplente; O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais indicou o Sr. Shelley de
69 Souza Carneiro como Conselheiro Titular; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito
70 Santo indicou o Sr. Fábio Ahnert como Conselheiro Suplente; o Conselho Estadual de São Paulo
71 indicou a Sra. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini como Conselheira Titular; o Conselho
72 Estadual do Rio de Janeiro indicou a Sra. Marilene Ramos como Conselheira Suplente e o Conselho
73 Estadual de Tocantins indicou o Sr. Belisário Franco Neto como Conselheiro Suplente. Após a
74 leitura, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, declarou empossados e
75 saudou os novos Conselheiros do CNRH desejando-lhes uma profícua temporada de trabalho.
76 Também agradeceu àqueles ora substituídos pela contribuição inestimável para a viabilização e
77 implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil. Em seguida, perguntou ao Plenário se
78 existiria alguma matéria a ser incluída em regime de urgência ou a ser retirada de pauta. O
79 **Conselheiro João Clímaco (ONG)** cumprimentou a todos e solicitou inclusão na pauta da
80 discussão do empreendimento UHE-Tijucu Alto, no rio Ribeira, formalizada junto à Secretaria
81 Executiva e ainda não atendida. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**,
82 confirmou o recebimento da solicitação pela Secretaria Executiva e esclareceu que por não estar na
83 forma regimental, inclusive sem as assinaturas de apoio necessárias para sua inclusão em
84 regime de urgência, não poderia atender à solicitação. Informou que tomou as medidas cabíveis
85 para o caso, com o encaminhamento à Ministra Marina Silva, ao IBAMA e à ANA, órgãos
86 responsáveis pelo licenciamento e outorga. Informou ainda que o empreendimento não possui a
87 licença ambiental, mas apenas um parecer técnico que atesta a sua viabilidade. Disse que o mesmo
88 procedimento foi tomado em relação ao documento da ONG SOS-Mata Atlântica, encaminhado
89 pela Conselheira Ninon Machado (ONG). O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** solicitou
90 esclarecimentos sobre o § 3º do art. 14 do Regimento Interno, que estabelece que o requerimento de
91 urgência poderá ser acolhido a critério do Plenário, por maioria simples. O **Sr. Eustáquio Luciano**
92 **Zica, Secretário Executivo do CNRH**, esclareceu que o art. 14 possui, além do *caput*, quatro
93 parágrafos que estabelecem as condições para a solicitação de requerimento de urgência nas
94 reuniões plenárias do CNRH. Acrescentou que o § 3º diz respeito ao quórum de deliberação e não
95 às exigências e não poderia ser interpretado separadamente, conforme a conveniência de cada um.
96 O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** discordou da informação e encaminhou à mesa, para as
97 devidas providências, o documento do Centro de Estudos de Defesa e Educação Ambiental –
98 CEDEA, objeto de sua solicitação. A **Conselheira Ninon Machado (ONG)** fez um breve relato
99 sobre as ações do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais-FBOMS, por meio do Instituto
100 Vitae Civilis, do Instituto Sócio Ambiental – ISA e do SOS-Mata Atlântica, que atuam na área onde
101 se pretende instalar o empreendimento e têm com posição colocada sobre a UHE-Tijucu Alto, como
102 expresso na correspondência dirigida pela SOS Mata Atlântica ao Secretário Executivo do CNRH,
103 conforme foi por essa autoridade referido. Acrescentou, que a Conselheira Laura Jesus de Moura e
104 Costa (ONG) já havia solicitado a inclusão dessa matéria na pauta da Câmara Técnica de Análise de

105 Projeto – CTAP, que portanto estaria já sendo procedida a discussão nessa CTAP, para onde propôs
106 fosse o requerimento referido acima devidamente despachado . Observou, ainda, que o
107 empreendimento estando na fase de projeto, com um parecer técnico do IBAMA que condiciona à
108 outorga , que haveria condicionantes por parte da ANA a respeito das modificações realizadas no
109 projeto. Entendeu que seria prematuro essa discussão no Plenário do CNRH, o que deveria ocorrer
110 na CTAP, que deveria convidar novamente a Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (ONG) para
111 iniciar o processo de discussão da matéria nessa câmara técnica, tendo em vista o cuidado do Fórum
112 Brasileiro de ONG's,-FBOMS e seus integrantes mencionados acima no sentido de preservar a boa
113 gestão das águas e a preservação de áreas protegidas que seriam afetadas pelo empreendimento. O
114 **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu a participação da
115 Conselheira Ninon Machado (ONG) e acolheu sua sugestão de encaminhamento à CTAP, por
116 considerá-la absolutamente cabível. A seguir concedeu a palavra à **Conselheira Patrícia Boson**
117 **(Indústrias)** que colocou seu entendimento sobre os itens 3.1 e 4.1 da pauta, que abordam o mesmo
118 assunto e não poderiam ser tratados separadamente. Informou que esses itens faziam parte de uma
119 mesma proposta originária na Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT e foram
120 desmembrados em resolução e moção na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais –
121 CTIL. Prosseguiu sugerindo convocar o Presidente da CTCT, onde originou a proposta, a debater
122 sobre a pertinência da permanência desse tema na pauta, para esclarecer pontos como: todos os
123 consensos, padrões e decisões da CTCT foram fundamentados em um conjunto único, que após o
124 desmembramento na CTIL, em resolução e moção, foram desconfigurados; a proposta da CTIL
125 alega a competência apenas do CONAMA para tratar a matéria, com base no disposto no art. 8º; a
126 Conselheira lembrou que esse artigo é amplo, dispõe sobre padrões ambientais e tal alegação não
127 teria procedimento, porque não se aplicaria no caso de água de reúso, que se enquadraria na gestão
128 de recursos hídricos ou, no mínimo, essa matéria deveria ser tratada na Comissão Permanente de
129 Articulação e Integração do CNRH e CONAMA. Por fim, solicitou a inversão de pauta dos itens
130 3.2 e 3.4, devido ao atraso no voo da Sra. Maria Aparecida Vargas, para proporcionar ganhos na
131 discussão, com a participação da representante do Comitê de Bacia Hidrográfica. O **Sr. Eustáquio**
132 **Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, ponderou em primeiro lugar que não seria o
133 momento de discutir a matéria. Segundo disse que a tramitação das matérias relativas aos itens 3.1 e
134 4.1 não poderia ser em conjunto por serem documentos distintos e propôs a inversão de pauta de
135 modo que houvesse uma discussão sequencial. Terceiro informou o encaminhamento desse tema à
136 Comissão Permanente de Articulação e Integração do CNRH e CONAMA, atualmente sob a
137 coordenação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania. A **Conselheira Patrícia Boson**
138 **(Indústrias)** questionou em qual artigo do Regimento Interno há o impedimento para a tramitação
139 conjunta de matérias e foi esclarecida pelo **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio**
140 **ao CNRH**, que encontra-se no art. 10, além de não haver previsão regimental para unificação de
141 itens da pauta. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, constatou que o
142 Presidente da CTCT não estava presente e indagou se algum conselheiro gostaria de manifestar-se
143 sobre o assunto. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC), Coordenador do GT-Reúso da**
144 **CTCT**, relatou o processo construtivo da proposta iniciado há cinco anos na CTCT, por solicitação
145 do Ministério da Saúde. Disse que naquela época pensava-se na elaboração de uma única proposta
146 de resolução sobre reúso, que evoluiu para a aprovação da Resolução nº 54, em 28 de novembro de
147 2005, que estabeleceu diretrizes gerais e criou cinco modalidades para o reúso de água, a serem
148 regulamentadas posteriormente. Falou que a proposta ora em discussão, para a modalidade agrícola
149 florestal, seria a primeira das cinco devido ao avanço dessa atividade no Brasil, discutida por mais
150 de um ano no GT-Reúso, que contou com grande participação de instituições e especialistas no
151 assunto, inclusive sendo submetida ao Workshop de Reúso em Brasília e ao Seminário Internacional
152 de Reúso, realizado em Viçosa-MG. Apoiou integralmente a manifestação da Conselheira Patrícia
153 Boson (Indústrias) quanto ao desmembramento ocorrido na CTIL e sugeriu duas alternativas de
154 encaminhamento: ou se colocaria na pauta de discussão a proposta original da CTCT, ou se
155 devolveria o conjunto (resolução/moção) elaborado na CTIL para a CTCT. Diante dessa proposta o
156 **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH** abriu inscrições para a discussão do

157 assunto. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** defendeu o encaminhamento proposto
158 pelos dois conselheiros de retorno à CTCT. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** certificou-
159 se que o encaminhamento proposto seria para os dois documentos, proposta de resolução e de
160 moção. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** concordou com os argumentos apresentados,
161 ressaltou a desconsideração em relação à capacidade da CTCT na elaboração do mérito técnico da
162 proposta e sugeriu a discussão da proposta de resolução e o retorno da proposta de moção. O
163 **Conselheiro José Cisino Menezes (Irrigantes)** concordou com o retorno do assunto à CTCT com
164 a recomendação de que considere a compensação dos custos aos empreendedores que forem utilizar
165 a água de reúso. O **Conselheiro Luiz Fernando Cybis (OTEP)** apoiou a proposta de retorno à
166 CTCT com a recomendação de que seja preparada uma Nota Técnica de esclarecimento
167 principalmente em relação aos parâmetros sugeridos. A **Conselheira Maria Helena Alves**
168 **(Prestadoras)** apoiou a proposta de retirada de pauta e observou diversas lacunas de ordem técnica
169 a serem esclarecidas na CTCT, como a quem cabe a responsabilidade de monitoramento, a forma
170 que deve ser feito e a importância da inclusão de estímulo ao setor agrícola e florestal para a
171 utilização da água de reúso em substituição às captações em rios e poços. Disse que na forma
172 apresentada a proposta incetiva a manutenção da situação atual. O **Conselheiro Jairo Lousa**
173 **(Irrigantes)** disse que o segmento por ele representado não participou da discussão na câmara
174 técnica e manifestou preocupação com a proposta por considerar muito cedo para a prática da
175 utilização da água de reúso de forma massificada, principalmente na produção de alimentos.
176 Considerou o tema complexo especialmente na identificação do limite entre a interface da
177 disposição de efluentes e a utilização de água de reúso na irrigação. Apoiou a proposta de revisão na
178 CTCT com a recomendação de que no retorno ao Plenário do CNRH, essa proposta, por sua
179 especificidade técnica, seja acompanhada não só da Nota Técnica, mas de uma apresentação muito
180 bem fundamentada. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC), Coordenador do GT-Reúso**
181 **da CTCT**, ratificou seu apoio ao retorno da proposta, entretanto alertou que haveria pouco espaço
182 para a revisão da versão original da CTCT, mesmo reconhecendo a soberania do Plenário e a
183 hierarquia da Câmara Técnica. Todavia advertiu que pelo grande número de participantes, que
184 contou inclusive com o representante brasileiro na OMS, cujo trabalho serviu de base para o GT,
185 assim como o nível de especialização dos mesmos, seria inaceitável que pessoas que não
186 acompanharam os debates coloquem dúvidas e questionamentos, que muitas vezes não seriam
187 cobertos pela proposta de resolução exaustivamente discutida pelo grupo de trabalho. Afirmou, para
188 tranquilizar os presentes, que a proposta, oportuna para o momento, seria a prática de reúso direto
189 sem lançamento de efluentes nos cursos d'água, em cultivos não alimentares e em locais onde existe
190 competição pela água. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** lembrou sua participação no Conselho
191 Municipal de Abastecimento Alimentar de Belo Horizonte, em 1996, época em que foi constatada a
192 contaminação por água de reúso na lavagem da produção de batata no sul do estado, para justificar a
193 pertinência da discussão dessa matéria de interesse para a sociedade no CNRH. O **Sr. Eustáquio**
194 **Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu a intervenção e concordou que essa
195 contaminação poderia comprometer a bacia do rio Piracicaba. A **Conselheira Anna Virgínia**
196 **Machado (OTEP)** destacou a importância do tema reúso, que estaria na pauta de todas as
197 discussões mundiais, pela sua necessidade e urgência. Disse que não podemos continuar utilizando
198 água de boa qualidade para usos não nobres e que esse debate deveria evoluir rapidamente pela
199 importância da definição de parâmetros. Enfatizou a importância da sociedade se empoderar dos
200 procedimentos para a prática de reúso de diversas naturezas. Apoiou a manifestação do conselheiro
201 Demetrios Christofidis (MEC) no sentido de valorizar o trabalho de longo tempo na CTCT, onde a
202 ABES se fez presente, apenas com a ressalva de que a proposta venha agregada de uma Nota
203 Técnica que venha dar mais clareza e contribuir com as decisões do CNRH. Não havendo mais
204 inscrições para a discussão do assunto, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do**
205 **CNRH**, colocou em votação a proposta de retorno à CTCT das matérias referentes aos itens 3.1 e
206 4.1, o que foi aprovado por unanimidade. A seguir, consultou a Conselheira Patrícia Boson
207 (Indústrias) se abriria mão da proposta de inversão de pauta para o Item 3.2, tendo em vista a
208 presença da representante do comitê da bacia hidrográfica, no que foi respondido afirmativamente.

209 Então, solicitou ao **Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH**, a leitura da
210 nova ordem do Dia, assim realizada:•ABERTURA; 1. Aprovação da Ata da XXI Reunião
211 Extraordinária do CNRH;•ORDEM DO DIA; 2. Abertura do ano comemorativo dos 10 anos do
212 CNRH; 3. Deliberação sobre propostas de Resolução que: 3.1- Encaminha à Casa Civil proposta de
213 Decreto que acresce parágrafo único ao art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que
214 institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, e dá outras
215 providências, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais; 3.2 – Estabelece diretrizes
216 adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham
217 trechos da zona costeira, encaminhada pela CT de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e
218 dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira; 3.3 – Altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro
219 de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias
220 Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, encaminhada pela CT de Assuntos Legais
221 e Institucionais; 4. Apresentações: 4.1 – “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo”
222 – Sra. Rosa Maria Oliveira Machado Mancini, Secretária Executiva do Conselho Estadual de
223 Recursos Hídricos de São Paulo; 4.2 – “Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança
224 – 1º relatório do Grupo de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – GTAAC” –
225 Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos –
226 CTCOB • INFORMES • ENCERRAMENTO. Terminada a leitura, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica,**
227 **Secretário Executivo do CNRH**, passou ao Item 1. **Aprovação da Ata da XXI Reunião**
228 **Extraordinária do CNRH** e abriu a palavra para as observações e correções existentes. A
229 **Conselheira Ninon Machado (ONG)** solicitou correções nos trechos compreendidos entre as
230 linhas 588 a 591 e 836 a 853. Devido à sua extensão leu a íntegra dos trechos a serem alterados e
231 entregou-os à mesa. A partir da linha 588 “... o Itamaraty tem responsabilidade legais inafastáveis e
232 indelegáveis, porém seria importante o reconhecimento que matéria de gestão das águas, de
233 acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos, por força da Lei, há outros atores atuando e
234 isto deve ser refletido também nas relações internacionais. ...”. A partir da linha 836 “... iniciou
235 esclarecendo que a proposta que iria formular já tinha o apoio da ANA, na pessoa do Dr. José
236 Machado e do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU, na pessoa do Dr. João Bosco Senra.
237 Inicialmente lembrou que 2008 será o Ano Internacional do Saneamento. Porém a proposta que
238 está apresentando visava a implementação da macro diretriz do Plano Nacional de Recursos
239 Hídricos e que também seria no âmbito da Década Brasileira da Água. Aprovada a proposta,
240 caberia à CTEM contribuir sugerindo alguns tópicos para o Programa, mas que esta proposta
241 deveria ter ação voluntária, em todo o País, de atores relevantes, preferencialmente no âmbito do
242 SINGREH, exemplificando temas como: gênero, equidade e água; gênero e saneamento; gênero,
243 desenvolvimento real e água; gênero, desenvolvimento urbano e água; gênero e geração
244 hidrelétrica; gênero, água e clima; educação, gênero e água; gênero e uso racional da água;
245 gênero, tecnologia e conhecimentos tradicionais, entre outros, que dizem respeito à importância
246 do papel do ser humano na gestão dos recursos hídricos e não estão identificados adequadamente
247 na gestão das águas. Ainda observou que a proposta teria apoios institucionais já referidos. Pediu
248 então que o Plenário apoiasse essa proposta e encaminhasse à CTEM para que esta CTEM
249 sugerisse a programação, mas que o ponto é ter ações voluntárias programando atividades do Ano
250 Gênero e Água. ...” Após a leitura, esclareceu ao conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP) que as
251 alterações solicitadas referiam-se às suas falas transcritas equivocadamente na ata. O **Conselheiro**
252 **João Clímaco (ONG)** solicitou alterações transcritas a seguir: na linha 328 “... aproximar o Brasil
253 real da Política Nacional de Recursos Hídricos dos demais brasis...”, na linha 880 “... Também
254 informou que o FONASC foi selecionado em chamada pública do Conselho Federal de Engenharia
255 – CONFEA para a implementação de programas de capacitação em recursos hídricos na bacia do
256 rio São Francisco e o FONASC estaria também ocupando vaga em dois comitês de bacia: o Alto
257 Paranaíba e o Dourado em Minas Gerais ...” na linha 891, acrescentar após “Rio Grande do
258 Norte”. “O representante João Clímaco justificou sua conduta como responsável e comprometida
259 com a seriedade e as demandas da sociedade brasileira e portanto parafraseou o poema do poeta
260 Fred Maia do Piauí, tão comprometido com as águas, cujo texto encaminhou à mesa e solicitou sua

261 *transcrição na ata. ...*” O **Conselheiro Manoel Imbiriba (CERH/PA)** solicitou correção na linha
262 92 para “*Sra. Darly*” e na grafia de seu nome linha 97 “*Imbiriba*”. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica,**
263 **Secretário Executivo do CNRH,** acolheu as solicitações do Conselheiro Manoel Imbiriba (CERH/
264 PA) com pedidos de desculpas pelos equívocos cometidos na digitação e submeteu a ata à
265 apreciação do Plenário, ressaltados os destaques apresentados pela Conselheira Ninon Machado
266 (ONG) e pelo Conselheiro João Clímaco (ONG). A ata foi aprovada. Em seguida os destaques
267 foram apreciados e aprovados separadamente. Isto posto, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica,**
268 **Secretário Executivo do CNRH,** considerou a Ata da XXI Reunião Extraordinária do CNRH
269 aprovada com os destaques e passou ao Item **2. Abertura do ano comemorativo dos 10 anos do**
270 **CNRH.** Observou que serão programadas atividades que dependerão do envolvimento dos nossos
271 Conselheiros, para enaltecer esta comemoração, que revela o papel importante que o CNRH possui
272 como órgão máximo do SINGREH, para o dia 05 de novembro deste ano, sendo esta a data da 1ª
273 reunião desse Plenário, em 1998. Para a reunião de hoje, reportou-se ao lançamento do Relatório
274 dos Resultados do I Seminário de Recursos Hídricos no Ambiente Urbano, feito no início da
275 reunião e explicou a importância da relação existente entre os temas. Também referiu-se ao
276 lançamento da 5ª Edição do livro Conjunto de Normas Legais, elaborada a partir das resoluções
277 deste Conselho, e ao folder relativo ao Prêmio ANA 2008. A seguir, passou ao Item **3.1. Proposta**
278 **de resolução que encaminha à Casa Civil proposta de Decreto que acresce parágrafo único ao**
279 **art. 1º do Decreto nº 1.842, de 22 de março de 1996, que institui Comitê para Integração da**
280 **Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, e dá outras providências,** encaminhada
281 pela CT de Assuntos Legais e Institucionais e passou a palavra ao Sr. Márley Caetano de Mendonça
282 (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, que convidou o Sr. Osman Fernandes da Silva (ANA) para
283 apresentar a matéria. O **Sr. Osman Fernandes da Silva (ANA)** fez uma apresentação sobre a
284 delimitação hidrográfica do rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro, em função da moção
285 elaborada pelo CEIVAP, em novembro de 2006. Apresentou os antecedentes como a Resolução nº
286 18, de novembro de 2006, do CERH/RJ, estabelecida um mês após a Moção CEIVAP nº 3, que
287 reconheceu a delimitação constante dessa resolução e o encaminhamento do CEIVAP ao CNRH,
288 para análise e aprovação, de proposta de alteração do decreto com a nova delimitação. A ANA
289 realizou a apresentação desse tema em setembro de 2007 na CTIL e posteriormente disponibilizou a
290 Nota Técnica com a análise e fundamentação da repercussão do aumento da área de abrangência do
291 Comitê. Apresentou o mapa das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, com destaque
292 para a Região 9 – Baixo Paraíba do Sul, onde ocorreria a alteração. Fez uma breve explanação dos
293 motivos que fundamentam a inclusão da nova área na bacia do rio Paraíba dos Sul, enfatizando sua
294 característica original de pântano lagunar e planície de inundação do rio Paraíba dos Sul, atualmente
295 protegida pelos canais de drenagem e sistemas de diques construídos a partir do século XVII.
296 Demonstrou as razões de sustentabilidade econômico-sociais para a gestão da infra-estrutura desses
297 canais, após as várias intervenções públicas e privadas realizadas na área, que atualmente encontra-
298 se sem operação e manutenção. Concluiu pela incorporação da área, justificada pela fisiografia,
299 sócio-economia e viabilização da gestão dos canais que possuem uma continuidade natural que foi
300 artificialmente suprimida e ao longo do tempo há necessidade de ser reincorporada hidraulicamente,
301 para atender as funções de drenagem e irrigação. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário**
302 **Executivo do CNRH,** agradeceu ao apresentador pela contribuição e colocou a matéria em
303 discussão. A **Sra. Maria Aparecida Vargas (CEIVAP)** primeiramente agradeceu ao Sr. Osman
304 Fernandes da Silva (ANA) pela apresentação e além das justificativas já listadas complementou que
305 sem a incorporação dessa área ao Comitê, a divisão hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro,
306 estabelecida pela resolução do CERH/RJ, não seria a mesma e atrapalharia a gestão de recursos
307 hídricos do estado, principalmente na discussão do plano de bacia. Enalteceu a capacidade técnica
308 da ANA, mas reivindicou para o Comitê, autor da matéria, o direito de apresentá-la em plenário.
309 Encerrada a discussão o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH,** colocou
310 em votação a matéria do Item 3.1 da ordem do dia, que foi aprovada por unanimidade. Passou então
311 ao Item **3.2. Proposta de Resolução que “Estabelece diretrizes adicionais que devem ser**
312 **incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira”,**

313 encaminhada pela CT de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e
314 Zona Costeira e concedeu a palavra ao Presidente da CTCOST, Sr. Ademilson Zamboni, para
315 apresentar a matéria. O **Sr. Ademilson Zamboni (CTCOST)**, lembrou que todo o conteúdo da
316 apresentação poderia ser encontrado na Nota Técnica anexa à proposta de resolução. Concordou em
317 parte com o Secretário Executivo, de que o tema seria importante e relevante. No entanto, não
318 concordou com a polêmica, conforme demonstrado na apresentação, baseada em quatro enfoques.
319 Primeiro, disse que o padrão dessa discussão no meio internacional já aponta para um consenso.
320 Nesse aspecto, traçou o panorama internacional, a partir de 1999, e citou vários eventos tais como:
321 *Conceptual Framework and Planning Guidelines for Integrated Coastal Area and River Basin*
322 *Management, United Nations Environment Programme – UNEP*, em 1999; Programa de Ação
323 Global para proteção do ambiente marinho frente as atividades baseadas em terra (GPA), onde o
324 Brasil apresentou seu Plano Nacional de Ação – PNC com foco nos principais estuários do
325 Atlântico Sudoeste Superior, em 2000 e 2001; o IV Fórum Mundial das Águas na Cidade do
326 México, em 2006, quando a necessidade de integrar a gestão de duas regiões fisicamente
327 interdependentes tornou-se foco dos principais fóruns internacionais de discussão, tanto nos que
328 tratam especificamente de Zona Costeira quanto nos que tratam de Recursos Hídricos; e o Fórum
329 dos Comitês de Bacias em Gramado/RS, onde originou a proposta de criação da CTCOST. Em
330 seguida esclareceu como isso migrou para a discussão no Brasil, a partir da legislação. Destacou a
331 Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/97, a Política Nacional de Gerenciamento
332 Costeiro, Lei nº 7.661/88, que se alinham e colocam o marco legal do assunto. Relatou a evolução
333 do tema no Brasil, com a realização de diversos eventos entre 2001 e 2008, e suas principais
334 conclusões. Mostrou as bases político/institucional, instrumental/operacional e a articulação entre
335 colegiados costeiros e comitês de bacia hidrográfica, em que a câmara técnica trabalhou até concluir
336 a proposta ora apresentada. Por fim, demonstrou em linhas gerais a estratégia adotada pela
337 CTCOST de trabalhar com dois GTs, um para os planos de bacia e outro para a base territorial.
338 Concluiu apresentando o estudo de caso realizado na foz do sistema estuarino dos rios Piraquê-Açu
339 e Piraquê-Mirim, no Estado do Espírito Santo, onde foram identificadas três zonas para a gestão
340 integrada: a Zona Crítica - corpo d'água do sistema estuarino, caracterizado pela ocorrência da
341 mistura ou interação de água e sedimentos fluviais e marinhos; Zona Dinâmica - área circunvizinha
342 à Zona Crítica, composta pelos ecossistemas ripários, áreas úmidas, sistemas lagunares e segmentos
343 terrestre e marinho da orla costeira adjacente, onde ocorre influência de processos naturais e de
344 atividades humanas sobre as características, recursos estuarinos e costeiros e a Zona de Influência:
345 área composta pela(s) bacia(s) hidrográfica(s) e pelo mar territorial, que tem influência direta ou
346 indireta sobre as Zonas Crítica e Dinâmica. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo**
347 **do CNRH**, colocou a matéria em discussão. Para otimizar o tempo de debate, sugeriu a
348 manifestação de apenas dois conselheiros favoráveis e dois contrários à aprovação da proposta de
349 resolução, considerando as informações recebidas de que haveria dificuldades em relação à
350 tramitação da matéria. O **Conselheiro José Machado (ANA)** levantou questão de ordem e propôs o
351 livre debate para possibilitar o conhecimento das dificuldades sobre o assunto, tendo em vista
352 algumas observações existentes, por parte da ANA, e possivelmente por outros conselheiros. O **Sr.**
353 **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, considerou a questão de ordem
354 legítima e procedente, e abriu inscrições para a discussão da matéria. O **Conselheiro Marcelo**
355 **Sampaio (SEAP)** observou que a proposta de resolução que estabelece diretrizes adicionais para os
356 planos de recursos hídricos não passou pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos
357 Hídricos. Igualmente, observou que a matéria contém especificidades para os mecanismos de
358 outorga e também não passou pela Câmara Técnica de Outorga. Pelo exposto, sugeriu o
359 encaminhamento da matéria para as duas câmaras técnicas citadas. A **Conselheira Rosa Maria**
360 **Mancini (CERH/SP)** contestou o encaminhamento sugerido e observou que a proposta da
361 CTCOST tem como base o documento de Itajaí, onde a intenção seria trabalhar, um a um, todos o
362 instrumentos, procurando fazer o diálogo entre os instrumentos de gestão costeira com os de gestão
363 de recursos hídricos. Explicou que, estrategicamente, o primeiro instrumento escolhido foi
364 “planos”, por ser o mais integrador e proporcionar uma base maior de informações às discussões,

365 sem significar o fim do trabalho da câmara técnica. Esclareceu que, quando da oportunidade de se
366 trabalhar o instrumento outorga em zona costeira, já houve o acordo com a Presidente da CTPOAR
367 para a realização de um trabalho conjunto CTCOST/CTPOAR para a elaboração da respectiva
368 proposta de resolução. Para a proposta em debate, cujo tempo de elaboração de dois anos coincide
369 com a existência da câmara técnica, disse que não se trata do Plano Nacional e sim de elementos
370 que devem compor os planos de bacia em regiões costeiras, portanto não caberia discussão na
371 CTPNRH. Nesse aspecto, explicou que foram consultados aqueles que vão colocar a proposta em
372 prática, ou seja: os dezessete Grupos de Gerenciamento Costeiro; quinze Conselhos Estaduais de
373 Recursos Hídricos; e os quarenta e nove Comitês de Bacia existentes na região. Isso significa uma
374 proposta tecnicamente muito bem embasada e politicamente bem discutida. O **Conselheiro Gualter**
375 **Mendes (MME)** constatou a discussão de um tema novo e complexo, que poderia criar
376 responsabilidades e dificuldades aos comitês, e ainda não debatido amplamente pelas câmaras
377 técnicas. Externou seu desconforto em trabalhar esse tema, motivo pelo qual propôs o
378 encaminhamento da proposta às câmaras técnicas de Outorga e do Plano Nacional. A **Conselheira**
379 **Marilene Ramos (CERH/RJ)** enalteceu o trabalho da CTCOST, mas ponderou que por se tratar de
380 planos, de certa forma há uma obrigação dos comitês de cumprir conteúdos mínimos extremamente
381 extensos, apesar de muitas vezes cobrirem, de forma muito competente, os problemas teóricos que
382 uma bacia poderia ter. Isso implicaria na elevação de custos, numa maior demanda de tempo e de
383 equipes técnicas. Considerou mais oportuna a abordagem da questão a partir de planos estratégicos
384 que contemplassem esses conteúdos mínimos de forma gradativa, conforme a necessidade de cada
385 bacia. O **Conselheiro Flávio Neiva (Concessionárias)** concordou integralmente com a proposta do
386 Conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP) pela necessidade de ampliar a discussão do assunto, com o
387 objetivo de proporcionar mais conforto e segurança aos conselheiros. O **Conselheiro José**
388 **Machado (ANA)**, primeiramente, enalteceu o trabalho da CTCOST. A seguir, penitenciou-se
389 publicamente ao admitir que, no âmbito da ANA, houve um problema de comunicação interna, que
390 levou a matéria a não ser bem encaminhada na instituição, com prejuízos na sua discussão, sem
391 nenhum demérito à qualidade da proposta apresentada. Por fim, apoiou a proposta do Conselheiro
392 Marcelo Sampaio (SEAP) e endossou a manifestação da Conselheira Marilene Ramos (CERH/RJ)
393 quanto à abordagem da questão a partir de planos estratégicos. O **Conselheiro Carlos Alencastre**
394 **(Comitês)**, na qualidade de representante dos comitês de bacia, defendeu a aprovação da proposta
395 de resolução, porque isso diz respeito aos comitês de bacia da zona costeira, essencialmente àqueles
396 que têm que elaborar seus planos de bacia. Ressaltou que a proposta de resolução, além de ter sido
397 submetida aos quarenta e nove comitês da região costeira, apenas destaca alguns pontos específicos
398 a serem observados nos termos de referência desses comitês, sem causar maiores obrigações ou
399 custos aos comitês, porque as informações necessárias já estariam disponíveis. O **Conselheiro**
400 **Dalto Favero (Consórcios)** também posicionou-se contrariamente ao encaminhamento da matéria
401 às câmaras técnicas de Outorga e do Plano Nacional pelos motivos já expostos e por considerar o
402 plenário suficientemente esclarecido e apto a votar a matéria. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)**
403 solicitou ao Plenário que considerasse a importância desse debate, cujo tema incorpora as
404 especificidades da região costeira, até então não observados na elaboração dos planos de bacia.
405 Disse que os novos componentes propostos vão ao encontro dos anseios da sociedade da região que
406 vivencia conflitos pelo uso da terra e da água, e que essa iniciativa responsável e comprometida
407 com a solução dos problemas deveria ser estimulada e não sobreposta por argumentos de interesse
408 administrativo. O **Sr. Ademilson Zamboni (CTCOST)** comentou sobre dois aspectos
409 apresentados. Sobre o primeiro, relacionado à possibilidade de trabalhar os planos de bacia e o que
410 poderia engessá-los, disse que isso demonstra o desconhecimento recíproco entre os dois sistemas e
411 o que cada um poderia aportar de informações e de instrumentos de gestão como ferramenta de
412 planejamento. Sobre o segundo, que seriam as demandas geradas pela proposta de resolução, tanto
413 para a gestão costeira quanto para a gestão de recursos hídricos, afirmou que os espaços de atuação
414 estão delimitados exatamente dentro dos limites estabelecidos na legislação e estão totalmente
415 contemplados no gerenciamento costeiro, inclusive com aportes do Ministério do Meio Ambiente, o
416 que vem demonstrar a existência e disponibilidade de dados e a inexistência de custos adicionais.

417 Concluída a discussão o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, colocou
418 em votação a proposta de encaminhamento da matéria às câmaras técnicas CTPNRH e CTPOAR.
419 Com vinte e um votos favoráveis, treze contrários e três abstenções, num total de trinta e sete
420 conselheiros presentes, o Plenário deliberou pelo encaminhamento da proposta de resolução que
421 “Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões
422 que contenham trechos da zona costeira” para as câmaras técnicas CTPNRH e CTPOAR, para
423 conhecimento e manifestação de acordo com a competência específica de cada câmara. O **Sr.**
424 **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, elogiou a postura do Conselheiro José
425 Machado (ANA) durante a discussão do assunto e franqueou a palavra para declarações de voto. A
426 **Conselheira Ninon Machado (ONG)** disse que, apesar de ter votado pelo encaminhamento da
427 proposta de resolução às câmaras técnicas, gostaria de enfatizar a cultura existente neste plenário de
428 construção de consensos, para que haja efetividade na aplicação das deliberações tomadas no
429 CNRH. Também enalteceu o comportamento do Presidente da ANA, mas alertou que a apreciação
430 nas câmaras técnicas deveria se restringir à pertinência ou a compatibilidade da proposta com o
431 escopo de trabalho de cada câmara, e não procurar elaborar uma nova proposta de resolução, visto
432 que o trabalho apresentado pela CTCOST seria o primeiro a promover a articulação entre políticas
433 públicas. Registrou que o Presidente da CTCOST tem destacado a importância internacional em que
434 o Brasil estaria inserido, pela extensão de sua costa, e lembrou que no ano de dois mil e cinco, na
435 reunião do GEF, em Salvador/BA, foi lançado o Plano Global de Ação com especial atenção à
436 relação entre as águas doces e costeiras. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)**
437 solicitou que as duas câmaras técnicas priorizassem a apreciação da matéria no sentido de agilizar o
438 seu retorno ao Plenário. Afirmou que, segundo o seu entendimento, a decisão de encaminhamento à
439 CTPNRH, tomada pelo Plenário, também significaria a necessidade de revisão da Resolução nº 4,
440 que dispõe sobre o papel dessa câmara técnica, para que possibilite a sua atuação na discussão e
441 planejamento, não somente no Plano Nacional, mas também nos planos estaduais e de bacias. Nesse
442 sentido, propôs que seja demandada à essa câmara técnica a revisão de suas competências e
443 atribuições para essa visão mais abrangente e integradora. Da mesma forma, sugeriu que a
444 CTPNRH também colocasse na sua pauta de discussão a revisão da Resolução nº 17, que trata dos
445 planos de bacia, porque é sabido que existem questões a serem reavaliadas, sobretudo a partir da
446 aprovação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário**
447 **Executivo do CNRH** registrou que, após a passagem pelas câmaras técnicas CTPNRH e CTPOAR,
448 a matéria retornará à CTCOST e à CTIL para o retorno ao Plenário. A **Conselheira Rosa Maria**
449 **Mancini (CERH/SP)** observou que, para os participantes da CTCOST, esse tema vem sendo
450 discutido desde a sua criação e estaria completamente dominado. Entretanto, para a maioria dos
451 presentes seria um tema novo, que merece ser melhor aprofundado e a decisão tomada seria uma
452 estratégia para se ganhar tempo para melhorar esse conhecimento. Apoiou a recomendação de
453 emergência nessas câmaras técnicas feita pelo Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA) e disse
454 que gostaria que fosse melhor esclarecido quais seriam os papéis das câmaras técnicas, diante do
455 que foi colocado sobre a competência da CTPNRH atuar somente no Plano Nacional e da análise na
456 CTPOAR, uma vez que a proposta de resolução não se refere, em nenhum momento, em mudanças
457 diretas nos procedimentos de outorga. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do**
458 **CNRH**, em face do andamento rápido da reunião, consultou ao Plenário sobre o estabelecimento de
459 intervalo para almoço ou o prosseguimento da reunião para cumprir os itens de pauta restantes.
460 Com apenas um voto contrário o Plenário decidiu pela continuidade dos trabalhos sem intervalo.
461 Então, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, passou a palavra ao **Sr.**
462 **Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA), Presidente da CTIL**, para o encaminhamento do
463 Item 3.3 da Ordem do Dia - Proposta de Resolução que “Altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de
464 dezembro de 2007, que estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das
465 Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira”, encaminhada pela CT de
466 Assuntos Legais e Institucionais. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (CTIL)**, inicialmente
467 discorreu sobre a composição das câmaras técnicas, de sete a dezessete membros. Reportou-se à
468 reunião anterior quando a CTIL encaminhou ao Plenário do CNRH proposta de resolução que

469 estabelecia a composição da CTCOST com apenas 15 pleitos, os quais foram acatados e resultou na
470 Resolução CNRH nº 79. Lembrou que naquela reunião, em decorrência dos pleitos de participação
471 do MJustiça; OTEP; Comitês/Consórcios; CERH-BA/CE; e CERH-PA/TO para as duas vagas
472 remanescentes da CTCOST, o Plenário incumbiu à CTIL de apresentar sugestão para
473 preenchimento dessas vagas. A CTIL, por consenso, atendeu o pleito do MJustiça e do CERH-
474 BA/CE e estabeleceu a seguinte suplência progressiva: i) OTEP; ii) Comitês/Consórcios; e iii)
475 CERH-PA/TO. Concluída a apresentação, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do**
476 **CNRH**, colocou a matéria em discussão. Não havendo manifestações, submeteu a Proposta de
477 Resolução que “Altera a Resolução CNRH nº 79, de 10 de dezembro de 2007, que estabelece a
478 composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas
479 Estuarinos e Zona Costeira”, encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais à votação, o
480 que resultou na sua aprovação por unanimidade. Em prosseguimento, convidou a Conselheira Rosa
481 Maria Oliveira Machado Mancini, Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
482 de São Paulo, para cumprir o Item 4.1 da Ordem do Dia: Apresentação: “O Conselho Estadual de
483 Recursos Hídricos de São Paulo”. A **Conselheira Rosa Maria Mancini (CERH/SP)** agradeceu o
484 convite e considerou muito positivo o processo de apresentações dos conselhos estaduais, por
485 propiciar o conhecimento da diversidade brasileira. Falou sobre a base legal, os princípios da
486 política e a evolução do sistema de gestão de recursos hídricos, com mais de vinte anos de
487 existência no estado. Nesse aspecto destacou a instalação do primeiro Conselho Estadual, composto
488 apenas por órgãos de Estado, do primeiro Comitê Coordenador do Plano de Recursos Hídricos,
489 ambos em 1987 e da publicação da Lei nº 7.663, que instituiu a política e o sistema de
490 gerenciamento integrado, em 1991. Disse que os anos mais importantes e estratégicos dessa
491 evolução estariam entre 1994 a 1996, período em que foram instalados o Fundo Estadual de
492 Recursos Hídricos e a maioria dos comitês de bacia. Falou que atualmente são um total de vinte e
493 um comitês instalados e explicou a divisão geográfica em sub-bacias em função da complexidade,
494 diversidade e peculiaridades de cada uma. Listou os princípios básicos da política estadual
495 fundamentada na descentralização, participação e integração, com ênfase para a participação que
496 difere da política nacional por ser tripartite, igualmente distribuída entre os representantes do
497 Estado, dos municípios e da sociedade civil. Explicou o processo de escolha dos representantes dos
498 municípios e da sociedade civil, a vinculação institucional, a composição das três instâncias do
499 sistema e as recentes mudanças, que segundo seu entendimento não alteraram o trabalho e a
500 estrutura do sistema. Dentre os instrumentos de gestão, destacou o Plano Estadual em sua quarta
501 edição, o sistema de informações em desenvolvimento e a cobrança pelo uso da água, cujos valores
502 arrecadados e aplicados nos comitês Paraíba do Sul e PCJ foram discriminados por comitê, por
503 segmento, pelo número de contratos e pelas atividades financiadas. Apresentou a agenda para a da
504 implantação da cobrança nos comitês do Alto Tietê, Médio Tietê e Sorocaba, prevista para 2008.
505 Sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, propriamente dito, relatou a
506 tipologia de suas deliberações semelhante à do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o número
507 de câmaras técnicas, num total de sete e sua correlação com as câmaras técnicas do CNRH. Para
508 concluir, apresentou os seguintes planos de ações prioritárias, assim como a correlação entre o
509 CERH/SP e o CNRH: Prioridade 1 – Programa III - Desenvolvimento e Implementação de
510 Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos – Subprograma: Rede Hidrológica Quali-quantitativa
511 Nacional; Prioridade 2 – Programa III - Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de
512 Gestão de Recursos Hídricos – Subprograma: Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão de
513 Recursos Hídricos; Prioridade 3 – Programa IV – Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação,
514 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos – Subprograma:
515 Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de recursos Hídricos. O **Sr.**
516 **Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu e parabenizou a
517 apresentadora pela brilhante exposição, que veio demonstrar claramente a importância da interação
518 entre o CNRH e os Conselhos Estaduais. A seguir convidou o Sr. Rodrigo Speziali, Presidente da
519 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB, para apresentar o Item 4.2
520 – “Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – 1º relatório do Grupo de

521 Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança – GTAAC”. O **Sr. Rodrigo Speziali**
522 **(CTCOB)**, primeiramente informou que este seria o primeiro relatório do grupo de trabalho criado
523 a partir da Resolução CNRH nº 70/2007, com o objetivo de acompanhar a aplicação dos recursos da
524 Fonte 134. Disse que o arcabouço legal está no § 4º do art. 21 da Lei nº 9984/2000, que estabelece
525 que a prioridade de aplicação dos recursos da cobrança, principalmente a do setor elétrico – Fonte
526 134, deve ser estabelecida em articulação com os comitês, o que resultou na Resolução CNRH nº
527 71/2007, após o processo de consulta realizado junto aos conselhos estaduais e comitês de bacia.
528 Elencou a composição do grupo, suas atribuições e finalidades e passou a apresentar os resultados
529 obtidos. Abriu parêntesis para comunicar o sancionamento da Lei Orçamentária Anual – LOA, pelo
530 Presidente da República, cujos reflexos não estariam incorporados neste primeiro relatório. A
531 seguir, apresentou os valores previstos para a cobrança, em 2008, num total de R\$187,2milhões, dos
532 quais R\$151 milhões provenientes dos 0,75%. Mostrou a série histórica da arrecadação
533 discriminando comparativamente o disponibilizado e o contingenciado, para deduzir que a
534 disponibilidade de recursos estaria crescente enquanto o contingenciamento decrescente, com
535 destaque para o ano 2008. Listou as sete prioridades estabelecidas pela Resolução CNRH nº
536 71/2007, que fundamentaram as análises do GTAAC e apresentou o quadro resumo das aplicações
537 realizadas pela ANA, para concluir que dos R\$151 milhões previstos, 46,6%, ou R\$70,4milhões
538 estariam contingenciados e 53,4%, ou R\$ 80,6milhões, estariam disponíveis, e que na programação
539 orçamentária da ANA, R\$57 milhões contemplaram os subprogramas do PNRH estabelecidos como
540 prioritários, que correspondem a 37,8% do total estimado de arrecadação ou 70,8 % do total
541 disponível. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu e
542 cumprimentou o Sr. Rodrigo Speziali, pela apresentação e, a pedido do Conselheiro José Machado
543 (ANA), preocupado com a tramitação por quatro câmaras técnicas, da proposta de resolução da
544 CTCOST, solicitou que todos se esforcem no sentido de possibilitar o retorno da matéria na
545 próxima reunião para não gerar um atraso maior que geraria um pedido de vista. A seguir, passou
546 aos **INFORMES** e falou sobre as seguintes atividades relacionadas à Semana da Água: a realização
547 de várias Conferências Estaduais de Meio Ambiente de 11/03 à 06/04 e da Conferência Nacional de
548 Meio Ambiente de 07 a 11 de maio; a Sessão Solene em comemoração ao Dia Mundial da Água no
549 Senado Federal, em 18/03, com o tema Gestão de Recursos Hídricos para subsidiar a participação
550 brasileira no V Fórum Mundial da Água; a Sessão Solene em comemoração ao Dia Mundial da
551 Água na Câmara dos Deputados, em 24/03; o Seminário Interno no dia 24/03, no Auditório da
552 SRHU, com os temas “O PNRH e Seus Programas” e “Como Potencializar o CNRH”; a Mostra
553 Temática da Água, de 24 a 28/03, no Hall da SRHU; a Maquete do Aquífero Guarani, poesias e
554 fotos dos servidores da casa e Exposição do fotógrafo Seiten Miyake, “A Beleza da Água”, em
555 busca da preservação do meio ambiente; o Café da manhã da Frente Parlamentar Ambientalista, em
556 26/03; o Seminário “Programando o Futuro das Águas do Brasil”, em 26/03, na Câmara dos
557 Deputados, com o debate sobre o PNRH e seus programas estruturantes para o futuro das águas do
558 Brasil, e o Seminário Água e Saneamento no dia 28/03, em Manaus, organizado pela FAO, ANA,
559 PETROBRÁS e outros parceiros. Informou também sobre a preparação do Brasil para a Exposição
560 Internacional Zaragoza 2008 - Expo 2008, que possui uma característica diferente das Exposições
561 Internacionais anteriores, pois agregou um conjunto de reuniões técnicas com o nome de Tribuna da
562 Água ao conjunto de atividades culturais, mostras fotográficas e atividades educacionais, sempre
563 girando em torno do tema Água e Desenvolvimento Sustentável. Disse que a a coordenação será
564 do Comissário João Bosco Senra, com a participação de trinta ministérios e empresas estatais. O
565 Brasil participará de todas as Semanas Temáticas e protagonizará outros eventos paralelos sobre a
566 questão da seca, gestão de águas transfronteiriças, áreas costeiras, Plano Nacional de Recursos
567 Hídricos. Prosseguiu informando que, em virtude da realização do Seminário de Gerenciamento de
568 Recursos Hídricos na FIRJAN, o Conselheiro Mauro Ribeiro Viegas justificou sua ausência na
569 presente reunião do CNRH e abriu a palavra aos conselheiros para outros informes. A **Conselheira**
570 **Ninon Machado (ONG)** lembrou o lançamento do Programa Gênero e Água, previsto no Plano
571 Nacional de Recursos Hídricos, iniciado com 2008 como sendo o Ano de Gênero e Água para a
572 implementação de macro-estratégias, a partir de um trabalho voluntário com o objetivo de

573 incorporar efetivamente esse tema ao processo dentro da Década Brasileira da Água. Disse que já
574 existem iniciativas que serão anunciadas oportunamente, como do Ministério das Cidades e passou
575 a palavra ao **Sr. Rodrigo Massad (MCidades)**. Complementou as informações relatando o apoio
576 prestado pelo Ministério a esse programa por meio da Secretaria de Saneamento, que vem
577 realizando estudos discriminados por raça, gênero, classe e faixa etária, para identificar as
578 condições existentes no Brasil e com previsão de conclusão para o final do mês de abril. O
579 **Conselheiro Dalto Favero (Consórcios)** anunciou a instalação, nesta data, do Comitê Piracicaba
580 Jaguari – PJ, a porção mineira do Comitê PCJ, que dessa forma estaria totalmente integrado em suas
581 porções estaduais e federal. Informou também a deliberação do comitê para alocação dos recursos
582 da cobrança federal e estadual, no valor de R\$32milhões, destinados a implantação de cinquenta e
583 três projetos. O **Conselheiro João Clímaco (ONG)** deu ciência da realização, nos meses de março,
584 abril e maio, do Curso de Capacitação e Gestão de Agentes Sociais Ambientais de Bacias
585 Hidrográficas, no Estado do Maranhão, com o objetivo de criar um capital intelectual de jovens
586 para atuar política e corretamente na gestão estadual e nacional. Reiterou a solicitação de
587 encaminhamento à CTAP da solicitação da Conselheira Laura Jesus de Moura e Costa (ONG)
588 relativamente ao empreendimento de Tijuco Alto e informou que, apesar de seus esforços junto à
589 CTAP, não foi possível evitar que o conflito sobre a UHE-Estreito se transformasse em confronto
590 armado, com tiros e feridos. Disse que podemos, com responsabilidade, recuperar na CTAP o seu
591 papel e não torná-la um cartório de legitimação e omissão de maldades hídricas, haja vista o
592 comportamento pouco objetivo até então atribuído às demandas da sociedade civil. O **Conselheiro**
593 **Manoel Imbiriba (CERH/PA)** informou a realização da Primeira Sessão Técnica do Fórum
594 Nacional de Gestores de Água no dia treze deste mês, em Belém/PA, com a participação de diversos
595 conselheiros, de treze estados e da ANA, aos quais agradeceu pelo apoio prestado. Enfatizou a
596 riqueza do debate, principalmente sobre o tema outorga e os desdobramentos programados como a
597 criação do site do Fórum Nacional e a programação de eventos no Acre, sob o tema “A importância
598 da ZEE para os instrumentos de gestão dos recursos hídricos”, em Belo Horizonte a discussão do
599 tema “Monitoramento – Comando e Controle” e em Salvador o tema “Fiscalização”, além de outros
600 que relacionou, e estendeu convite a todos. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)**
601 primeiro registrou e agradeceu o apoio da REBOB na organização da EXPO Zaragoza. Segundo
602 alertou para a importância da participação dos Conselheiros do CNRH na Conferência Nacional do
603 Meio Ambiente – CNMA, na qual são delegados natos, no próximo mês de maio. Terceiro,
604 informou da disponibilidade, par todos os conselheiros, das publicações distribuídas nesta reunião,
605 junto à Secretaria Executiva do CNRH. Por fim, solicitou registro em ata do agradecimento à
606 Equipe de Comunicação da SRHU e da Equipe da Secretaria Executiva do CNRH pelos excelentes
607 trabalhos realizados. A **Conselheira Anna Virgínia Machado (OTEP)** informou o lançamento pela
608 ABES do Programa de Cursos, sob a temática água, saneamento, recursos hídricos e meio ambiente,
609 distribuídos em diversos estados e municípios, com o objetivo de levar informação e capacitação
610 técnica ampla e disponibilizou o site da ABES www.abesdn.org.br para maiores esclarecimentos. O
611 segundo ponto informado foi a Campanha *Wash* para promover o acesso à água e esgotamento
612 sanitário às populações do mundo todo, desenvolvida no âmbito das Nações Unidas e algumas
613 organizações internacionais, que vem avançando fortemente com a participação da ABES, que tem
614 procurado articulações no Brasil, com destaque para as questões de gênero. A Seguir, passou a
615 palavra à **Sra. Margarete Lopes (SPMulheres)**, que informou sobre o lançamento do II Plano de
616 Políticas para as Mulheres, que inclui um eixo temático sobre desenvolvimento sustentável onde a
617 política de recursos hídricos tem recebido uma atenção especial e manifestou apoio ao Programa
618 Gênero e Água. O **Conselheiro Dalto Macambira (CERH/PI)** informou sobre a elaboração do I
619 Plano Estadual de Recursos Hídricos, com o apoio da ANA. Comunicou também a constituição de
620 uma Comissão Gestora em cada grande barragem do semi-árido piauiense, nos mesmos moldes dos
621 comitês de bacia. Disse que essas comissões deverão se transformar no primeiro comitê na bacia do
622 Canindé-Piauí, onde há disputa pela água em função da escassez existente. Declarou que
623 anteriormente, das regiões brasileiras, apenas o Nordeste havia organização em articulação com o
624 Fórum de Secretários de Recursos Hídricos do Nordeste, do qual foi eleito Presidente, na reunião de

625 Natal/RN, em junho de 2007, que também produziu a Carta de Natal enviada à Ministra Marina
626 Silva, contendo reivindicações específicas dos estados do Nordeste na área de recursos hídricos,
627 tanto em gestão e obras, como também no combate à desertificação. Citou a mobilização recente
628 dos estados das demais regiões que resultou na criação do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores, do
629 qual também participa, juntamente com a Secretária Ana Catarina Lopes, de Alagoas, como
630 Coordenador Regional do Nordeste. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do**
631 **CNRH**, concedeu direito a voz ao **Sr. Vitor Sarno (SRH/BA)** que justificou a ausência do
632 Conselheiro Júlio César Rocha (CERH/BA) devido às comemorações da Semana da Água.
633 Aproveitou o ensejo para convidar os conselheiros do CNRH a participarem da programação de
634 eventos no Estado da Bahia, tais como: “Novas Tecnologias para a Irrigação”, em Barreiras, com o
635 apoio da AIBA; Revisão do Plano Estadual e a eleição da diretoria de quatro comitês no oeste
636 baiano. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH**, agradeceu a todos pelos
637 informes e convites apresentados e não havendo mais inscritos passou ao **ENCERRAMENTO**.
638 Assim, às 14h05min, declarou encerrada a XIX Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
639 Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria
640 assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do
641 CNRH.

642 **Ata aprovada na XXII Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 04/06/2008**

Marina Silva
Presidente

Eustáquio Luciano Zica
Secretário Executivo